



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0119925-27.2009.8.17.0001 (0270866-3)/
COMARCA : RECIFE – 8ª VARA CRIMINAL
APELANTE : JOSÉ DOMINGOS DA CRUZ DO NASCIMENTO
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
RELATOR : FLÁVIO AUGUSTO FONTES DE LIMA
CONVOCADO
REVISOR : DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI
ORGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL
PROCURADOR : JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS NETO

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL (ARTIGO 184, §§1º E 2º, DO CP). NEGATIVA DE AUTORIA. DESCABIMENTO. CONJUNTO PROBATORIO SUFICIENTE PARA O JUÍZO DE CONDENAÇÃO. DOSIMETRIA DA PENA. ARTIGO 184 §1º E 2º DO CP. CD'S E DVD'S FALSIFICADOS. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO. ANTEFACTUM IMPUNIVEL. APELO PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. /

I - Demonstradas materialidade, autoria e tipicidade do delito previsto no artigo 184, §§1º e 2º do CP, inviável a absolvição, pois estão caracterizados os elementos típicos previstos nos dois parágrafos já que o acusado José Domingos reproduzia os CD's e DVD'S, fazendo cópias piratas e as comercializava em total violação ao direito autoral.

II- O apelante José Domingos violou direito autoral com intuito de lucro, conduta descrita no §1º do artigo 184 do CP, colocando o produto falsificado à venda para conseguir o lucro almejado, elementares do §2º do art. 184 do CP. Logo no caso concreto, impõe-se a aplicação do princípio da consunção, sendo o delito previsto no §1º absorvido pelo delito do §2º do artigo 184.

III- Assim, excluo da condenação a sanção referente ao delito do §1º do artigo 184 e mantenho a pena fixada na sentença, qual seja 2 (dois) anos, 09 (nove) meses e 52 (cinquenta e dois) dias-multa referente ao crime descrito no §2º do artigo 184 do CP. Substituo a pena privativa de liberdade por duas restritivas de direito, a serem definidas pelo Juízo da Vara das Execuções Penais.

IV – Apelo parcialmente provido. Decisão Unânime. /

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 0119925-27.2009.8.17.0001 (0270866-3)**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Quarta Câmara**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

Criminal deste Tribunal de Justiça, à **unanimidade de votos**, em dar **parcial provimento ao apelo**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, *08* de *10* de 201*3*


Juiz Flávio Augusto Fontes de Lima
Relator Convocado



797

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL nº0119925-27.2009.8.17.0001 (0270866-3)

COMARCA: RECIFE- 8º VARA CRIMINAL

APELANTE: JOSE DOMINGOS DA CRUZ DO NASCIMENTO

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR CONVOCADO: FLÁVIO AUGUSTO FONTES DE LIMA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS NETO

Relatório:

Insurge-se o apelante José Domingos da Cruz do Nascimento contra a sentença de fls. 660/674, que o condenou a pena definitiva de 05 (cinco) anos e 08 (oito) meses de reclusão e 104 (cento e quatro) dias-multa, pela prática do delito previsto no artigo 184 §§1º e 2º e artigo 69 todos do Código Penal Brasileiro.

A defesa apresentou razões recursais às fls. 677/694, requerendo a absolvição do apelante quanto ao crime descrito no §1º do artigo 184 do CP, uma vez que não há provas do envolvimento do recorrente na reprodução de obra intelectual. Por fim requer a diminuição da pena imposta para que seja fixada em seu mínimo legal e a modificação do regime de pena do semi-aberto para o aberto.

O representante Ministerial apresentou contra-razões às fls. 757/759, rebatendo os argumentos da defesa e pugnando pelo improvimento do recurso.

¹ Artigo 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos:
Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.

§ 1º Se a violação consistir em reprodução total ou parcial, com intuito de lucro direto ou indireto, por qualquer meio ou processo, de obra intelectual, interpretação, execução ou fonograma, sem autorização expressa do autor, do artista intérprete ou executante, do produtor, conforme o caso, ou de quem os represente: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

2º Na mesma pena do § 1º incorre quem, com o intuito de lucro direto ou indireto, distribui, vende, expõe à venda, aluga, introduz no País, adquire, oculta, tem em depósito, original ou cópia de obra intelectual ou fonograma reproduzido com violação do direito de autor, do direito de artista intérprete ou executante ou do direito do produtor de fonograma, ou, ainda, aluga original ou cópia de obra intelectual ou fonograma, sem a expressa autorização dos titulares dos direitos ou de quem os represente.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

O Procurador de Justiça, José Augusto dos Santos Neto, ofertou parecer às fls. 784/786, opinando "pelo provimento parcial do recurso, apenas para se afastar a condenação prevista no §1º do artigo 184, do Código Penal, em homenagem ao princípio da consunção, com o consequente ajuste na dosimetria

É o relatório. À Revisão.

Recife, 4 de Setembro de 2012.

Juiz Flávio Augusto Fontes de Lima
Relator Convocado



808

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL nº0119925-27.2009.8.17.0001 (0270866-3)

COMARCA: RECIFE- 8ª VARA CRIMINAL

APELANTE: JOSE DOMINGOS DA CRUZ DO NASCIMENTO

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR CONVOCADO: FLÁVIO AUGUSTO FONTES DE LIMA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS NETO

VOTO

Conforme relatado, foi o presente recurso interposto por José Domingos da Cruz do Nascimento irredimido com a sentença que o condenou à pena de 05 (cinco) anos e 08 (oito) meses de reclusão e 104(cento e quatro)dia-multa pela prática do delito tipificado no art.184, §§1º e 2º, todos do Código Penal, sob o argumento de não ter praticado o crime de reprodução de mídias pirateadas. Requer ainda, a diminuição da pena imposta, bem como a modificação do regime de cumprimento da pena privativa de liberdade do semi-aberto para o aberto.

Pois bem:

Narra a denúncia que no dia 11/06/2009, por volta das 06:00 horas, por ocasião de diligência realizada por policiais da Delegacia de Prevenção e Repressão aos Crimes Contra a Propriedade Imaterial, na Avenida Nossa Senhora do Carmo, 60, Edif. Tebas, bairro Santo Antonio, nesta cidade, os denunciados José Domingos da Cruz do Nascimento, Milene da Cruz Nascimento, Renan Heleno da Cruz Cunha e Denis Francisco de Melo foram presos por se encontrarem reproduzindo sem autorização de pessoa competente, para fins de comercialização, e conseqüentemente, com intuito de lucro, mídias *Digital Video Disk* (DVD's) e *Compact Disk* (CD'S), as quais resultaram apreendidas, juntamente com os equipamentos destinados às suas produções.

Consta ainda, que o acusado José Domingos da Cruz do Nascimento era o proprietário de produção das mídias pirateadas, dos equipamentos utilizados nessa atividade e de um depósito, onde elas eram guardadas e comercializadas, situados nas salas 403 e 313 do referido Edifício.

Narra ainda que a autoridade policial obteve informações de que no endereço referenciado existia um laboratório de produção de mídias piratas



809

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

e dois depósitos destinados ao acondicionamento e à venda da produção dessa laboratório, em face do que, uma equipe policial se encaminhou ao local e nele encontrou, saindo do estabelecimento, os acusados Milene e Ivson, tendo este último acabado de adquirir mídias para revenda. Ambos acompanharam a equipe até a sala 313, onde estavam José Domingos, Denis, Renan e Leoberto, os três primeiros estavam organizando o estoque e vendendo as mídias, enquanto o último estava realizando compras desses produtos. Em seguida, Milene cedeu aos policiais as chaves da sala 403, onde foi localizado o laboratório, contendo: uma CPU, 10 torres equipadas para a gravação de mídias pirateadas, duas impressoras, diversos CDs e DVDs virgens e pirateados, papéis impressos com capas de mídias e demais artigos citados no auto de apreensão de fls.44

Examino:

A materialidade delitiva encontra-se provada através dos autos de apresentação e apreensão às fls. 44, e pelo laudo pericial de fls. 189/206 que atesta que os CD's e DVD'S apreendidos são piratas e que o duplicador de DVDs/CDs apresentou funcionamento regular.

A autoria também está comprovada pelo conjunto probatório. O recorrente José Domingos da Cruz do Nascimento, apesar de negar que reproduzia as mídias pirateadas, confessou em Juízo (fls.537/538) que guardava e comercializava as referidas mídias. Vejamos trecho do seu depoimento:

"(...) que são verdadeiras em parte as acusações feitas contra ele interrogado, pois o laboratório para reprodução de mídias pirateadas ainda estava sendo equipado e não funcionava; que os equipamentos apreendidos neste autos realmente eram de propriedade dele interrogando; que guardava e comercializava mídias pirateadas nas salas 403e 313 do Edifício Tebas; que a acusada Milene da Cruz Nascimento é sua irmã; que os acusados Renan e Denis era funcionários dele interrogando(...) que comercializava mídias pirateadas no Edifício Tebas há aproximadamente seis a sete meses; que na sala 403 do edifício Tebas ele interrogando estava montando o laboratório para reprodução de mídias pirateadas; que na sala 313 comercializava mídias pirateadas(...) que os policiais civis ali chegaram aproximadamente as sete horas da manhã; que acredita que mais de mil mídias foram apreendidas pela polícia(...); que vendia CDs e DVDs virgens cada um pelo preço de hum real e as mídias pirateadas pelo preço de hum real e dez centavos(...) que os policiais apreenderam no laboratório ainda sem funcionamento três impressoras e cinco torres(...)"



810

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

O policial Sergio Rodrigues de Melo, que participou da apreensão das mídias, contou em Juízo que o apelante além de vender as mídias pirateadas por atacado, possuía um laboratório para sua reprodução:

"que ele, depoente, participou da apreensão das mídias objeto deste processo; que em um primeiro momento ele depoente foi designado para ir até o depósito do acusado José Domingos, onde ali foram apreendidas diversas mídias piratas para fins de comercialização; que depois ajudou no recolhimento de mídias apreendidas em outros locais do prédio; que em uma das salas, foram apreendidas aproximadamente, dez Cpus, cada um com vários gravadores de mídias, pelo menos mais de três gravadores em cada CPU(...) que na verdade se tratava de um laboratório; que também foram apreendidas capas de mídias com plásticos, ou seja, embalagens de mídias, bem como mídias virgens; que ainda foram apreendidas embalagens sem impressão; que de acordo com as informações, no depósito do acusado Domingos, erma comercializadas mídias piratas na forma de atacado; que em outra sala, ficava o laboratório (...)(fls., 466)

A policial Tatheanne Pereira da Silva, que era a chefe de investigações da delegacia de repressão a propriedade intelectual à época dos fatos, contou em Juízo que o recorrente era conhecido como "cacique da pirataria" :

"(...) que os proprietários de depósitos eram conhecidos como Dominguinhos e Bia, os acusados José Domingos e Beatriz, respectivamente; que esses dois denunciados costumavam mudar de endereço, mas sempre permaneciam na área do centro desta cidade; que o acusado José Domingos e Beatriz são sócios; que José Domingos além do depósito, é proprietário de um laboratório de mídias pirateadas (...) que os acusados José Domingos e Beatriz eram conhecidos como "caciques da pirataria"(...) que esclarece ter informado que o acusado José Domingos comercializava grandes quantidades porque os compradores de seu depósito eram revendedores os quais, em média, compram, no mínimo, vinte mídias, enquanto o comprador individual compra, no máximo, cinco mídias, se estiver em promoção(...) que as mídias apreendidas no dia indicado na denuncia foram tanto Cds como Dvds; que durante a operação no dia indicado na denuncia, forma apreendidas mídias virgens, prontas para o comércio e também as denominadas queimadas, quais sejam, as que resultaram em erro durante a fabricação (...)" (fls. 463/464).

Vale ressaltar que o depoimento de policiais, a princípio, tem o mesmo valor de qualquer outro testemunho, a não ser quando presente razão concreta para desconfiança, o que, neste caso, não ocorre.

Nesse sentido, trago à colação o seguinte julgado do STJ:

HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. ARTS. 33, DA LEI N.º 11.343/06, 304 E 333, DO CÓDIGO PENAL. TESE DE FRAGILIDADE DA PROVA PARA SUSTENTAR A ACUSAÇÃO. VIA IMPRÓPRIA. NECESSIDADE DE EXAME



811

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

APROFUNDADO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. DEPOIMENTO DE POLICIAIS. VALIDADE PROBATÓRIA. ILEGALIDADE DA DOSIMETRIA DAS PENAS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. INOCORRÊNCIA.

1. (...)2. **Os policiais não se encontram legalmente impedidos de depor sobre atos de ofício nos processos de cuja fase investigatória tenham participado, no exercício de suas funções, revestindo-se tais depoimentos de inquestionável eficácia probatória, sobretudo quando prestados em juízo, sob a garantia do contraditório. Precedentes desta Corte e do Supremo Tribunal Federal.**

3. Quanto ao pedido de fixação das penas-base no mínimo legal, verifica-se que o acórdão impugnado já deu parcial provimento à apelação justamente para reduzir, no crime de tráfico de drogas, a pena-base ao mínimo legal. Aliás, o acórdão ora objurgado consigna que as penalidades relativas a todos os delitos pelo quais o Paciente foi condenado foram fixadas no mínimo legal.

4. (...)5. Ordem denegada.(HC 149.540/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 12/04/2011, DJe 04/05/2011).

Dessa forma, demonstradas materialidade, autoria e tipicidade do delito previsto no artigo 184, §1º e 2º do CP. Inviável a absolvição, restando caracterizados os elementos típicos previstos nos dois parágrafos, uma vez que o acusado José Domingos reproduzia os CD's e DVD's, fazendo cópias piratas e comercializava, em total violação ao direito autoral.

Quanto a dosimetria da pena, observo que o magistrado o quo considerou o concurso material dos crimes tipificados no §1º e §2º do artigo 184, somando, portanto, as penas nos termos do artigo 69 do CP.

Entretanto, verifico a inoccorrência do concurso material entre os crimes previstos nos §§1º e 2º do artigo 184 do CP. Explico.

Efetivamente, os crimes narrados na denuncia foram cometidos no mesmo contexto fático, uma vez que o apelante Jose Domingos violou direito autoral com intuito de lucro, conduta descrita no §1º do dispositivo, colocando o produto falsificado à venda para conseguir o lucro almejado, elementares do §2º do art. 184 do CP, o que configura crime único em face da aplicação do principio da consunção.

Nesta esteira, colho o julgado do Tribunal Regional Federal da 3ª Região:

CRIMINAL- DESCAMINHO E VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORAL- AUTORIA, MATERIALIDADE E DOLO CONFIGURADOS- PENA FIXADA ACIMA DO MÍNIMO LEGAL- CUMPRIMENTO AOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE- RÉU QUE POSSUI VASTA FOLHA DE ANTECEDENTES CRIMINAIS-



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

HABITUALIDADE DELITIVA E CULPABILIDADE ELEVADA- SENTENÇA CONDENATÓRIA INTEGRALMENTE MANTIDA- RECURSO IMPROVIDO.

1.a 3. No que se refere ao delito do artigo 184, parágrafo 1º, do Código Penal, ao contrário dos argumentos da defesa, restou comprovado nos autos que o acusado reproduzia ou, ao menos, determinava ou participava da reprodução total de milhares de CDs e fitas K7 de número indeterminado de artistas, sem autorização expressa do autor ou do produtor, estando o intuito de lucro comprovado pelas circunstâncias fáticas apuradas, particularmente, devido à demonstração de que tais produtos piratas eram colocados à venda ao consumidor na loja situada na rodoviária da cidade de Sumaré, de propriedade do próprio acusado. 4. No tocante ao crime do artigo 184, parágrafo 2º, do estatuto repressivo, não procede a afirmação de erro de proibição, pois ante as circunstâncias em que os fatos ocorreram, está claro o dolo intenso do acusado, que, além de possuir depósito e "laboratório" em sua própria casa, também vendia as mercadorias ao consumidor em sua loja na rodoviária, mesmo após ter sido duas vezes processado pela prática do mesmo delito, conforme atesta sua folha de antecedentes, encartada às fls. 326/328, apontando a instauração, no ano de 1999, de outros dois inquéritos policiais, anteriores, portanto, ao presente fato. 5.(...). 6.(...). 7. **Por fim, forçoso ressaltar que o MMº Juiz "a quo" entendeu que o delito capitulado no artigo 184, parágrafo 1º, do estatuto repressivo, efetivamente comprovado nos autos, restou absorvido por aquele previsto no parágrafo 2º daquele mesmo artigo, entendendo sua Excelência que aquela primeira infração (contrafação dos CDs e fitas K7 piratas) foi meio à prática da segunda (exposição à venda ao consumidor daqueles produtos, com violação a direitos autorais), pois, afinal, o objetivo único do acusado era a obtenção de lucro fácil com a venda das mercadorias contrafeitas, aplicando-se, assim, ao caso o princípio da consunção, na modalidade antefactum impunível.** 8.(...). 9. Apelação improvida. Condenação mantida. Primeira Turma. TRF3, Relator: Des. Luiz Stefanini, Julgado em 09/02/2009)

Logo no caso concreto, impõe-se a aplicação do princípio da consunção, sendo o delito previsto no §1º do artigo 184 do CP, absorvido pelo delito do §2º do referido artigo.

Em consequência, excluo da condenação a sanção referente ao delito do §1º do artigo 184, e mantenho a pena fixada na sentença, qual seja, 2 (dois) anos e 09 (nove) meses e 52(cinqüenta e dois) dias-multa referente ao crime descrito no §2º do artigo 184 do CP.

Fixo o regime aberto para o início de cumprimento da pena, consoante o artigo 33, §2º, c, do Código Penal.

Tendo em vista que o *quantum* da pena privativa de liberdade não excedeu a 4 (quatro) anos, e que o acusado preenche os requisitos do art. 44, do Código Penal, substituo a sanção privativa de liberdade por duas penas restritivas de direito, a serem definidas pelo Juízo da Vara das Execuções Penais, nos termos dos art. 44, §2º, do CP.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

Isto posto, meu voto é pelo parcial provimento da apelação no sentido de reduzir a pena imposta ao apelante José Domingos da Cruz do Nascimento de 5(cinco) anos e 08(oito) meses de reclusão e 104 (cento e quatro) dias-multa para 2(dois) anos e 09(nove) meses de reclusão e 52 (cinquenta e dois) dias-multa, sendo substituída a pena privativa por duas restritivas de direitos a ser fixada pelo Juízo da Vara das Execuções Penais, mantendo-se nos demais termos a decisão recorrida. É como voto.

Recife, 08 de 10 de 2012.

Juiz Flávio Augusto Fontes de Lima
Relator Convocado



814

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0119925-27.2009.8.17.0001 (0270866-3)

APELANTE: JOSÉ DOMINGOS DA CRUZ DO NASCIMENTO

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: JUIZ FLAVIO AUGUSTO FONTES DE LIMA

REVISOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

VOTO DE REVISÃO

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

Trata-se de recurso de apelação interposto por **José Domingos da Cruz do Nascimento**, em face da decisão que o condenou à pena definitiva de 05 (cinco) anos e 08 (oito) meses de reclusão e multa de 104 (cento e quatro) dias-multa, a ser cumprida inicialmente em regime semiaberto, pela prática do crime previsto no art. 184, §§ 1º e 2º, todos do Código Penal.

A denúncia (fls. 02/07), baseada no Inquérito Policial, afirma que no dia 11 de junho de 2009, por volta das 6:00h, por ocasião de diligência realizada por policiais da Delegacia de Prevenção e Repressão aos crimes contra a propriedade imaterial, na Avenida Nossa Sra. do Carmo, n.º 60, Edf. Tebas, Bairro de Santo Antonio, nesta cidade, os denunciados José Domingos da Cruz do Nascimento, Milene da Cruz Nascimento, Renan Heleno da Cruz Cunha e Denis Francisco de Melo, foram presos por se encontrarem reproduzindo sem autorização de pessoa competente para fins de comercialização e, conseqüentemente, com intuito de lucro, mídias Digital Vídeo Disk (DVD's) e Compact Disk (CD's), as quais resultaram apreendidas, juntamente com os equipamentos destinados às suas produções.

Narra, ainda, a exordial acusatória que o denunciado José Domingos da Cruz do Nascimento era o proprietário de produção das mídias pirateadas, dos equipamentos



815

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

utilizados nessa atividade e de um depósito, local em que eram guardadas e comercializadas, situados nas salas 403 e 313, do mencionado edifício.

Consta, de igual modo, que a autoridade policial obteve informações de que no endereço referenciado existia um laboratório de produção de mídias piratas e dois depósitos destinados ao acondicionamento e à venda da produção desse laboratório, em face do que, uma equipe policial se encaminhou ao local e nele encontrou, saindo do estabelecimento, os acusados Milene e Ivson, tendo este último acabado de adquirir mídias para revenda. Afirmam, da mesma maneira, que ambos acompanharam a equipe até a sala 313, onde estavam organizando o estoque e vendendo as mídias, enquanto o último estava realizando compras desses produtos. Em seguida, Milene cedeu aos policiais as chaves da sala 403, local em que foi localizado o laboratório, contendo uma CPU, 10 torres equipadas para a gravação de mídias pirateadas, duas impressoras, diversos CD's e DVD's virgens e pirateados, papéis impressos com capas de mídias e demais artigos citados no auto de apreensão.

O Juízo *a quo*, na sentença (fls. 660/674), julgou procedente a denúncia em relação ao apelante e, condenou-o à pena definitiva em 05 (cinco) anos e 08 (oito) meses de reclusão e multa de 104 (cento e quatro) dias-multa.

O apelante, em suas razões recursais (fls. 677/694), pugna, inicialmente, por sua absolvição, argumentando não ter praticado o delito de reprodução de mídias pirateadas. Afirmam inexistirem provas suficientes a embasar o decreto condenatório e, ensejar, dessa maneira, a responsabilidade penal do acusado. Subsidiariamente, pleiteia pela diminuição da reprimenda fixada, bem como a modificação do regime de cumprimento da pena privativa de liberdade.

Em sede de contrarrazões (fls. 757/759), o **Ministério Público do Estado de Pernambuco**, combate pela manutenção da sentença vergastada, nos termos que ali consigna.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

A Douta Procuradoria de Justiça, mediante parecer (fls. 784/786), opina pelo provimento parcial do apelo, para que seja afastada a condenação relativa ao § 1º, do artigo 184, do diploma penal, aplicando-se, *in casu*, o princípio da consunção, com o conseqüente ajuste na dosimetria da pena.

Da análise dos autos, tem-se que são desprovidas de fundamentação as alegações do apelante no sentido de inexistirem provas suficientes a embasar o decreto condenatório. Isso porque, autoria e materialidade delitiva restaram igualmente inequívocas, diante do auto de apresentação e apreensão (fls. 44), do laudo pericial (fls. 189/203), bem como pela confissão do acusado, obtida mediante interrogatório em Juízo no tocante à comercialização das mídias (fls. 537/538).

Em juízo, o apelante, apesar de negar a autoria no que concerne à reprodução das mídias apreendidas, confirma que é responsável pela comercialização daquelas, *in verbis*:

"(...) que são verdadeiras em parte as acusações feitas contra ele interrogado, pois o laboratório para reprodução de mídias pirateadas ainda estava sendo equipado e não funcionava; que os equipamentos apreendidos nestes autos realmente eram de propriedade dele interrogando; que guardava e comercializava mídias pirateadas nas salas 403 e 313 do Edifício Tebas; (...) que comercializava mídias pirateadas no Edifício Tebas há aproximadamente seis a sete meses; que na sala 403 do Edifício Tebas ele interrogando estava montando o laboratório para reprodução de mídias pirateadas; que na sala 313 comercializava mídias pirateadas (...)que quando a policia chegou no edificio Tebas ele interrogando estava na sala 313; que os policiais civis ali chegaram aproximadamente às sete horas da manhã; que acredita que mais de mil mídias foram apreendidas pela policia (...) que vendia CD's e DVD's virgens cada um pelo preço de hum real e as mídias pirateadas pelo preço de hum real e dez centavos (...) que os policiais apreenderam no laboratório ainda sem funcionamento três impressoras e cinco torres (...)"



817

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

Os depoimentos prestados pelos policiais também foram uníssonos em afirmar a apreensão das mídias, bem como a autoria do apelante no que concerne à reprodução e comercialização dos CD's e DVD's pirateados, senão vejamos:

"que à época dos fatos ela, depoente, era chefe de investigações da delegacia de repressão à propriedade material; que a delegacia tinha como objetivo reduzir ou acabar com o comércio de mídias pirateadas no centro desta cidade; que já tinha corrido a abordagem anterior de depósito sem, contudo, se chegar no momento da abordagem ao proprietário; que os proprietários de depósitos eram conhecidos como Dominginhos e Bia, os acusados Jose Domingos e Beatriz permaneciam na área do centro desta cidade; que os acusados José Domingos e Beatriz são sócios; que José Domingos além do depósito, é proprietário de um laboratório de mídias pirateadas; (...) que os acusados José Domingos e Beatriz eram conhecidos como "caciques da pirataria" (...) que esclarece ter informado que o acusado José Domingos comercializava grandes quantidades porque os compradores de seu depósito eram revendedores os quais, em média, compram, no mínimo, vinte mídias, enquanto o comprador individual compra, no máximo, cinco mídias, se estiver em promoção; (...) que as mídias apreendidas no dia indicado na denúncia foram tanto CDs como DVDs (...)"

(Depoimento da policial Tatheane Pereira da Silva, consignado às fls. 463/464)

"que ele, depoente, participou da apreensão das mídias objeto deste processo; que em um primeiro momento ele depoente foi designado para ir até o depósito do acusado José Domingos, onde ali foram apreendidas diversas mídias piratas para fins de comercialização; que depois ajudou no recolhimento de mídias apreendidas em outros locais do prédio; que em uma das salas, foram apreendidas aproximadamente, dez CPU's, cada um com vários gravadores de mídias, pelo menos mais de três gravadores em cada CPU (...); que na verdade se tratava de um laboratório; que também foram apreendidas capas de mídias com plásticos, ou seja, embalagens de mídias, bem como mídias virgens; que ainda foram apreendidas embalagens sem impressão; que de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

acordo com as informações, no depósito do acusado Domingos, eram comercializadas mídias piratas na forma de atacado; que, em outra sala, ficava o laboratório (...)"
(Depoimento do policial Sergio Rodrigues de Melo, consignado às fls. 466)

Da análise das provas carreadas aos autos, vê-se que as alegações do apelante não merecem guarida. O acervo probatório é indicativo no sentido da responsabilidade penal do acusado, cuja autoria e materialidade delitiva restam indúvidas. De tal modo, descabe falar, portanto, em absolvição.

No que se refere à dosimetria da pena, da análise dos autos, percebe-se que o magistrado de primeiro grau considerou as condutas praticadas pelo réu - reprodução e comercialização das mídias pirateadas - como sendo concurso material. Ocorre que, consoante pontuou o membro do Ministério Público, sendo as duas condutas praticadas no mesmo contexto fático, impende aplicar-se ao caso em tela, o princípio da consunção.

A reprodução das mídias digitalizadas, na hipótese em comento, foi o meio pelo qual se operou o delito de comercialização dos CDs e DVDs pirateados, razão pela qual não há que se falar em concurso material e sim em crime único, sendo aquele absorvido por este último.

Nesse sentido, destaco a seguinte ementa de julgado, perfeitamente aplicável ao caso, *in verbis*:

CRIMINAL - DESCAMINHO E VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORAL - AUTORIA, MATERIALIDADE E DOLO CONFIGURADOS - PENA FIXADA ACIMA DO MÍNIMO LEGAL - CUMPRIMENTO AOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE - RÉU QUE POSSUI VASTA FOLHA DE ANTECEDENTES CRIMINAIS - HABITUALIDADE DELITIVA E CULPABILIDADE ELEVADA - SENTENÇA CONDENATÓRIA INTEGRALMENTE MANTIDA - RECURSO IMPROVIDO. DIREITO AUTORAL.



819

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

Autoria e materialidade configurados, ante o conjunto fático probatório colacionado aos autos, que demonstram que o apelante agiu livre e conscientemente dirigido à prática dos delitos descritos na inicial acusatória.

(...) No que se refere ao delito do artigo 184, parágrafo 1º, do Código Penal, ao contrário dos argumentos da defesa, restou comprovado nos autos que o acusado reproduzia ou, ao menos, determinava ou participava da reprodução total de milhares de CDs e fitas K7 de número indeterminado de artistas, sem autorização expressa do autor ou do produtor, estando o intuito de lucro comprovado pelas circunstâncias fáticas apuradas, particularmente, devido à demonstração de que tais produtos piratas eram colocados à venda ao consumidor na loja situada na rodoviária da cidade de Sumaré, de propriedade do próprio acusado.

(...)

Por fim, forçoso ressaltar que o MMº Juiz "a quo" entendeu que o delito capitulado no artigo 184, parágrafo 1º, do estatuto repressivo, efetivamente comprovado nos autos, restou absorvido por aquele previsto no parágrafo 2º daquele mesmo artigo, entendendo sua Excelência que aquela primeira infração (contrafação dos CDs e fitas K7 piratas) foi meio à prática da segunda (exposição à venda ao consumidor daqueles produtos, com violação a direitos autorais), pois, afinal, o objetivo único do acusado era a obtenção de lucro fácil com a venda das mercadorias contrafeitas, aplicando-se, assim, ao caso o princípio da consunção, na modalidade antefactum impunível.

8. Na dosimetria das penas, ainda que verificado o bis in idem identificado pelo "Parquet" Federal, é certo que as circunstâncias judiciais relacionadas às consequências do crime são completamente desfavoráveis ao acusado, porquanto detinha ele estocado em suas residências e loja não pequena quantidade de produtos contrafeitos, mas sim milhares de CD's e fitas K7 reproduzidas indevidamente, e prontas para a comercialização. Além disso, deve-se considerar que o delito do parágrafo 1º do artigo 184, apesar de ter sido absorvido pelo crime-fim (art. 184, § 2º), não pode deixar de ser considerado como circunstância judicial, ou seja, a reprovabilidade da conduta do acusado é ainda mais acentuada, porque não apenas revendia os produtos contrafeitos em sua loja, mas também os produzia sem autorização do artista ou produtor. Ademais, antes de praticar o crime ora em apuração, o acusado já cometera outras duas vezes a mesma infração penal, tendo, inclusive,



820

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

sido definitivamente condenado (fl. 327 e verso), de maneira que possui maus antecedentes. (...) Condenação mantida.

(TJSP. Processo n.º 2001.61.05.003285-3. Relator: Desembargador Federal Luiz Stefanini. Primeira Turma. Data de Julgamento: 20/01/2009).

Desse modo, outro caminho não há senão excluir a responsabilidade penal do apelante no que tange ao delito inserto no § 1º do artigo 184 e, em consequência, manter a pena fixada na sentença relativamente ao delito previsto no art. 184, § 2º, tornando-a, definitiva, portanto, em 02 (dois) anos e 09 (nove) meses, a ser cumprida inicialmente no regime aberto e multa no importe de 52 (cinquenta e dois) dias-multa, nos moldes estatuidos no diploma penal.

Tendo em vista que o apelante preenche todos os requisitos do art. 44, do Código Penal, não há óbice à substituição prevista no mencionado artigo. Nesse contexto, substituo a reprimenda ora aplicada por duas restritivas de direitos, a serem definidas pelo Juízo das Execuções Penais, nos termos do § 2º, art. 44, do diploma penal.

Por todo o exposto, meu voto é no sentido de **dar provimento parcial ao recurso apelatório**, para reduzir a pena imposta ao apelante, anteriormente fixada em 05 (cinco) anos e 08 (oito) meses de reclusão e 104 (cento e quatro) dias-multa para 02 (dois) anos e 09 (nove) meses de reclusão e 52 (cinquenta e dois) dias-multa. Em consequência, altero o regime inicial de cumprimento da pena, passando do semiaberto para o aberto, bem como determino a substituição da reprimenda por duas restritivas de direitos, a ser fixada, oportunamente, pelo Juízo da Vara de Execuções Penais, mantendo-se a sentença vergastada em seus demais termos.

É COMO VOTO.